

# COMPILADO: DÚVIDAS

## TREINAMENTO DE CONTRATOS



### Treinamento em *Contratos: Boas práticas e Cláusulas Regulatórias*

O Curso abordou o conteúdo de boas práticas na negociação e elaboração de contratos, com especial atenção às justificativas da Cláusulas Regulatórias Padrão Sicredi (Responsabilidade Trabalhista, Confidencialidade, Responsabilidade Socioambiental, Anticorrupção e Proteção de Dados).

1.

#### 1.1. Existe previsão para disponibilização de sistema de Gestão de Contratos para as Cooperativas?

#### 1.2. O Módulo SAP está disponível para as Cooperativas?

#### 1.3. Há integração do SAP com o Contas a Pagar?

1.1. Sim. As Cooperativas com acesso ao SAP, podem solicitar acesso ao módulo. Através deste acesso é possível cadastrar todos os contratos que estiverem na base SAP.

1.2. Tem-se um projeto em andamento "SAP W" para possibilitar a conexão.

1.3. Para uso do Módulo de Gestão de Contratos no SAP, é preciso ter a base preenchida, assim facilitará a conexão de "Compras e Pagamento. O acesso deve ser solicitado pelo Acesso Inteligente.

2.

#### Quem é responsável pela gestão de vencimentos dos contratos?

A gestão de contratos pode variar de acordo com a organização interna da cooperativa. Alguns modelos incluem o jurídico responsável pela gestão e organização dos contratos, enquanto outros utilizam ferramentas específicas. Cada cooperativa pode adotar o formato que melhor atenda às suas necessidades.

No CAS, o SAP envia avisos para a área responsável pela solicitação do contrato, informando sobre o término da vigência. A área avalia se a renovação é necessária e aciona Compras para o processo de renovação ou rescisão. O jurídico é acionado para formalização, conforme necessário.

Essas são as práticas adotadas no CAS, mas cada cooperativa pode ter seu próprio formato de gestão de contratos, de acordo com suas necessidades e estrutura interna.

# SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA (SJ)

3.

**3.1. O cadastro no SAP foi simplificado?**

**3.2. Quem tem a licença SAP de "Contas a Pagar" tem acesso ao Módulo Contratos? Existe limitação de usuários?**

3.1. O SAP tem esse cadastro mínimo para ser feito e não permite que se cadastre o contrato sem essas informações como o Centro de Custo, por exemplo.

3.2. A licença para acesso ao SAP garante acesso ao "Módulo Contratos" sem custo adicional com um limite de usuários.

4.

**4.1. Existe em estudo algum projeto para integração do Módulo SAP Contratos com ferramentas de mercado que façam monitoramento de fornecedores com relação às Políticas de Compliance Anticorrupção?**

**4.2. Quem devemos procurar para discutir esse assunto?**

4.1. Não existe ainda um processo automatizado para essa análise. No CAS, por exemplo, é adotado um critério (alçada de valores), por exemplo, onde contratos acima de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) tem uma análise de risco mais aprofundada. Também existe um Piloto em andamento pela Área de Riscos. No entanto esse projeto encontra-se em fase muito embrionária.

4.2. Tanto a Área de Compras, principalmente nas frentes de ESG, quanto a Área de Riscos, referente ao Projeto Piloto de Riscos de Terceiros.

5.

**5.1. Quando as minutas serão atualizadas e onde serão disponibilizadas?**

**5.2. Seria possível construir um modelo de contrato de locação (Agência) com cláusula "*built to suit*"?**

**5.3. Seria possível construir um modelo de contrato de cessão de uso?**

**5.4. Seria possível construir um modelo de contrato de Patrocínio?**

**5.5. É possível utilizar o modelo do Fornecedor ou precisamos utilizar nosso modelo padrão?**

5.1. As minutas v.2024 serão disponibilizadas devidamente atualizadas no Diretório para as Cooperativas em 01.08.2024.

Acesso em: Minutas Padrão Atualizadas 2024.

Caso o Jurídico da Cooperativa não tenha acesso a esse Diretório, por gentileza, solicitar para [compras\\_sourcing@sicredi.com.br](mailto:compras_sourcing@sicredi.com.br).

5.2. Sim. Será disponibilizada conforme informado acima.

5.3. Sim. Será disponibilizada conforme informado acima.

# DOCUMENTO ELABORADO PELO NÚCLEO DE CONTRATOS

5.4. Tem-se Minuta de Contrato de Patrocínio.

Acesso em: Minutas Padrão Atualizadas 2024.

5.5. É aconselhado utilizar a Minuta Padrão Sicredi. Somente, em caráter de exceção, com efetiva e plena recusa do fornecedor, analisaremos a minuta proposta pelo terceiro, com a devida inclusão das Cláusulas Regulatórias Padrão Sicredi.

6.

**A Auditoria apontou a necessidade de Cláusulas de Responsabilidade Socioambiental e Anticorrupção nos Contratos de Locação. Será necessário incluir essas cláusulas em todos os contratos de locação realizadas ou somente nos novos contratos.**

Recomenda-se no modelo sejam incluídas as disposições ausentes apontadas para os novos contratos. Do mesmo modo, que sejam mapeados todos os contratos pendentes desta inclusão para que nas próximas renovações e reajustes essas cláusulas sejam devidamente incluídas por aditivo.

7.

**Referente ao tópico de prazo determinado ou indeterminado nos contratos guarda-chuva é possível que após 12 (doze) meses iniciais a renovação seja automática por período indeterminado?**

Recomenda-se que os contratos sejam celebrados por prazo determinado para facilitar o controle dos preços e dos serviços prestados. Contratos com prazo indeterminado estão sujeitos a reajustes não facilmente rastreáveis pela operação, o que pode dificultar sua rescisão ou negociação em caso de alterações nas condições.

8.

**Para serviços de pequenos valores é necessário contrato?**

Conforme a Política da Área de Compras do CAS, demandas inferiores a R\$100.000,00 (cem mil reais) com prazo de entrega menor que 90 (noventa) dias, não é necessário contrato.

# COMPILADO

## DÚVIDAS TREINAMENTO CONTRATOS

9.

**O prazo máximo Contratual de 36 (trinta e seis) meses é uma sugestão para os Contratos de Locação?**

Nas locações comerciais no Brasil, a Lei do Inquilinato estabelece regras específicas em relação aos prazos de contrato.

De acordo com a legislação, o prazo mínimo do contrato a ser renovado ou a soma dos prazos ininterruptos deve ser de 05 (cinco) anos. Isso significa que, caso desejem renovar o contrato após o término do prazo inicial, eles devem estabelecer uma nova duração mínima de 05 anos, ou somar os prazos dos contratos anteriores até atingir esse período.

Além disso, a lei também estabelece que o locatário deve estar explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto 36 (trinta e seis) meses.

Por esse motivo a recomendação, uma vez que essas regras têm o objetivo de proteger o locatário comercial, garantindo-lhe certa estabilidade e segurança. No entanto, é importante ressaltar que as partes têm a liberdade de acordar prazos diferentes.

10.

**10.1. Referente ao reajuste quando o contrato será renovado e o índice é negativo. Há minoração do valor ou negociação para manter o valor do Contrato?**

**10.2. Faz-se necessário aditivo para reajuste de valores?**

10.1. Durante a vigência contratual, é utilizado o mesmo índice para reajuste dos preços, porém, em situações em que o índice seja negativo, é possível negociar a manutenção dos preços ou até um reajuste para menor. Essa abordagem é mais voltada para a negociação entre as partes envolvidas do que uma questão estritamente jurídica.

10.2. Recomenda-se o aditivo para reajustes, indicando os valores ajustados e a porcentagem, observando sempre o índice previsto no contrato. É aconselhável utilizar apenas um índice para evitar conflitos de interpretação, especialmente em casos de índices negativos.

11.

**Quando a Cláusula de Permissão de Acesso ao BACEN é aplicável?**

A cláusula de permissão de acesso ao Banco Central do Brasil (Bacen) é aplicável aos serviços de Tecnologia da Informação (TI). Como regra, essa cláusula é incluída em todos os contratos, pois pode ser necessário o acesso ao Bacen para a prestação de serviços de TI no futuro.